

## **VOLTAIRE E O SÉCULO DE LUÍS XIV: A VITÓRIA DAS LUZES**

*Luiz Francisco Albuquerque Miranda\**

### **RESUMO**

O presente artigo é um estudo do significado histórico que Voltaire atribuiu ao reinado de Luís XIV. O tema oferece a oportunidade de analisar as ligações do pensamento ilustrado com a concepção de vida civilizada elaborada pelas sociedades de corte europeias dos séculos XVII e XVIII. Possibilita também uma reflexão a respeito do projeto social da Ilustração francesa. No caso de Voltaire, esse projeto articula-se com a ideia de progresso histórico, problema abordado ao longo do artigo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Voltaire. Luís XIV. Ilustração. Progresso.

### **ABSTRAT**

This article is a study of the historical significance that Voltaire attributed to the kingdom of Louis XIV. This theme offers us an opportunity to analyze the links between enlightened thinking and the conception of civilized life elaborated by the European court societies of the XVII and XVIII centuries. It also provides a reflection about the social project of the French Enlightenment. In Voltaire's case, this project involves the idea of historical progress, a problem dealt with in this article.

**KEY WORDS:** Voltaire. Louis XVI. Enlightenment. Progress.

---

\* Doutor em Filosofia pela UNICAMP e Professor da Universidade Federal de São João Del-Rei. E-mail: lfamiranda@uol.com.br

René Pomeau (1963, p. 48) referindo-se à relevância histórica que Voltaire atribui ao reinado de Luís XIV, afirma: “na sua visão da história francesa, seu *novo regime* começa por volta de 1640, no momento em que abre-se o *século de Luís XIV*”; na referida data nota-se “uma revolução nos espíritos” que se desenvolveu desde então.

Para Voltaire, Luís XIV representa um período profícuo da história francesa, quando foram superados os traumas da guerra civil e da turbulência aristocrática, o que possibilitou oportunidades inéditas para os homens de talento. Assim, a tese de Pomeau me parece correta. Entretanto, Voltaire também aponta a continuidade do processo histórico. Segundo o filósofo, Luís, em grande medida, “nasceu com a fortuna feita”. Uma longa sequência de acontecimentos anteriores lançou os alicerces da monarquia. Na passagem do “governo feudal” para o monárquico nem sempre a caminhada foi reta e tranquila, pois ocorreram desvios, interrupções e retrocessos. Sob constante ameaça, ocorreu o avanço contínuo da constituição do Estado francês. O governo do rei-sol recolheu e aperfeiçoou as estruturas legadas por uma história centenária. Sendo assim, Voltaire articula continuidade e ruptura: o “século de Luís XIV” completa o difícil rompimento da França com a Idade Média e, como sugere Pomeau, abre definitivamente as portas para o novo tempo.

O sucesso de Luís XIV representou o ponto culminante da história da constituição da monarquia francesa. Trata-se do momento em que esta última conseguiu apaziguar os conflitos políticos e religiosos, atendendo de maneira pacífica e regrada os interesses dos súditos. O rei conquistou, enfim, a plena soberania.

Na abertura do *Século de Luís XIV*, Voltaire (1947, cap. I, p. 4-5) recupera o desenvolvimento histórico da França até o período do rei-sol:

os povos foram escravos até aproximadamente o tempo de Filipe Augusto, os senhores foram tiranos até Luís XI e os reis, sempre ocupados em sustentar sua autoridade contra seus vassalos, jamais tiveram tempo de cuidar da felicidade de seus súditos.

No século XVI, Francisco I fez florescer o comércio, a navegação, as letras, e todas as artes, mas sua obra não se enraizou e pereceu com a

morte do monarca. Henrique, o Grande, na passagem do século XVI para o XVII, iria retirar a França da barbárie, mas foi assassinado. Já o cardeal Richilieu, primeiro ministro na primeira metade do século XVII, lutou contra o calvinismo e os grandes aristocratas, porém não gozou de poder suficiente para “reformular a nação, mas ao menos ele começou essa obra feliz”. Em meados do século XVII, a França ainda precisava responder a problemas centenários, mas Voltaire acredita que a constituição de uma monarquia poderosa já estava em curso.

O filósofo começou a escrever o *Século de Luís XIV* na década de 1730, depois de seu exílio na Inglaterra, concluindo boa parte do texto no decênio seguinte,<sup>1</sup> quando foi nomeado historiógrafo do rei Luís XV. Segundo Pomeau (1963, p. 15), “é na carreira de Voltaire o período mais monarquista”. Ao analisar o texto, é necessário considerar esse aspecto: escrito no momento de relativa aproximação com a corte, o trabalho de Voltaire manifesta uma leitura otimista da monarquia centralizadora. Em obras posteriores, mesmo retomando muitos argumentos e imagens presentes no trabalho em questão, o filósofo acentuou alguns aspectos negativos do reinado de Luís XIV. De qualquer forma, Voltaire (1947, cap. I, p. 2-3) classificou esse período entre os quatro principais “séculos” da história da Europa – os outros seriam a Grécia de Péricles e Alexandre, o Império Romano de César e Augusto e a Renascença italiana dos Médici. Em todos, grandes líderes teriam conduzido o destino de suas sociedades. Estas, cada uma em sua época desempenharam o papel de centros propulsores do avanço do processo civilizador na Europa. A França de Luís, entretanto, foi superior aos outros centros:

O quarto século é o que se nomeia o século de Luís XIV e, dos quatro, é o que mais se aproxima da perfeição. Enriquecido pelas descobertas dos três outros, ele fez mais em certos gêneros que os outros três juntos. Todas as artes, em verdade, não foram lançadas mais longe que sob os Médici, os Augusto e os Alexandre; mas em geral a razão humana se aperfeiçoou. A sã filosofia só foi conhecida naquele tempo, e é verdadeiro dizer que, desde os últimos anos do cardeal de Richelieu

---

<sup>1</sup> Sobre o processo de composição da obra, confira o prefácio de René Groos (VOLTAIRE, 1947, I, p. V-XIV).

até os que seguiram a morte de Luís XIV, se realizou nas artes, em nosso espírito, em nossos costumes, como em nosso governo, uma revolução geral que deve servir de marca eterna da verdadeira glória de nossa pátria. (VOLTAIRE, 1947, cap. I, p. 2-3)

A passagem acima é fundamental. Note-se em primeiro lugar o que Pomeau (1963, p. 41) chama de “idéia estética”: mais próximo da “perfeição”, o século de Luís XIV representa melhor do que os outros o modelo de harmonia social e de realização humana. A história das sociedades aparece como dinâmica de distanciamento e aproximação de uma ordem social modelar e, em alguma medida, a-histórica. Tal concepção, no entanto, articula-se com a ideia de experiência social progressiva. O século de Luís XIV apropriou-se das “descobertas” dos outros três e aperfeiçoou a razão de maneira inusitada. Anuncia-se uma tese a respeito do aperfeiçoamento do homem que liga a noção de ordem social “perfeita” – a-histórica – com a ideia de progresso. Sem abandonar completamente a busca do arquétipo capaz de orientar as ações humanas, Voltaire afasta-se da ideia de uma perpétua reiteração de personagens e comportamentos exemplares ou típicos. Segundo Renato J. Ribeiro (1990, p. 19), na concepção de história como repetição predominante nas cortes do século XVII, ler a vida de reis e varões ilustres é encontrar a “reiteração de constâncias” que “serve de estoque ao conhecimento da verdade”. Sendo assim, “a história prolongava a experiência; era sua prótese, seu alongamento, sua verificação também; o que contava era a *moral* que, da *história*, se tirasse”. No texto de Voltaire, ao contrário, não se observa essa “reiteração de constâncias”. A história do século de Luís XIV não é “prótese” ou “verificação” da experiência social, é narrativa de um processo. Quanto à “perfeição”, sugere-se que é possível apenas aproximar-se dela – parece um fim inatingível. Luís XIV contribuiu para o aperfeiçoamento da Europa, mas representa uma das etapas de seu progresso.

Caracterizando o período de Luís XIV, Voltaire frisa que o avanço mais significativo não aconteceu no terreno das artes, mas naquele da “sã filosofia”. O texto estabelece uma ponte entre ela e a “revolução geral” ocorrida nos “espíritos”, nos “costumes” e no “governo”. O termo “revolução”, pelo menos na passagem acima, indica progresso e mudanças benéficas. Mas trata-se da volta aos tempos gloriosos dos Médici e dos

romanos ou do despontar de uma nova realidade social? É necessário ver o problema com cautela. Se Luís, tal como Augusto ou Alexandre, colocou a Europa mais perto da “perfeição”, Voltaire, de certa forma, opera com a imagem de retorno das grandes realizações, mas o amplo conhecimento da “sã filosofia” era algo inusitado. No capítulo “As ciências” do *Século de Luís XIV*, Voltaire (1947, cap. II, p. 106) insiste na tese de que “uma revolução no espírito humano” estava em curso. O uso da palavra “revolução”, portanto, procura caracterizar a transformação inovadora que altera o rumo dos acontecimentos e favorece as Luzes.<sup>2</sup> “Revolução” não significa aqui volta ao ponto inicial, mas ato ou processo inventivo capaz de redefinir as relações sociais, ela modifica os costumes e o governo em conformidade com o avanço da “sã filosofia”, algo que até o século XVII, segundo Voltaire, teria ocorrido de maneira muito precária. De resto, o texto sugere que o principal efeito do governo de Luís XIV foi sobre a maneira de agir e de pensar dos indivíduos, pois possibilitou acima de tudo, que estes aperfeiçoassem a “razão humana” e retomassem o progresso das Luzes. Havia realmente um novo contexto, mas que aproveitava e melhorava o legado de outros “grandes séculos”.

A analogia entre o reinado de Luís XIV e os de Alexandre, Augusto ou César era recorrente nas obras artísticas e literárias financiadas pelo monarca francês no intuito de fixar a sua glória. Na segunda metade do século XVII, segundo Peter Burke (1997, p. 39-49 e 205-209), essa analogia era um dos principais temas da “fabricação” da imagem do rei, conduzida por equipes de literatos e artistas ligados à coroa francesa. Estes, quando o debate a respeito da superioridade dos modernos desencadeou o declínio do prestígio da Antiguidade, começaram a apresentar a era de Luís como superior a dos grandes soberanos gregos e romanos (BURKE, 1997, p. 138-139). Voltaire adota essa imagem. De certa forma, ele permanece preso ao conjunto imagético produzido pelo próprio monarca e seus auxiliares. O que não parece existir na propaganda monárquica é a ideia de que a superioridade era fruto de um longo processo anterior. Mesmo sendo

---

<sup>2</sup> No diálogo *A, B, C*, filósofo reutiliza a palavra “revolução” para nomear um processo capaz de modificar o que inicialmente parecia inalterável (VOLTAIRE, 1967, XXVII, p. 347).

caudatário das imagens oficiais, Voltaire lhes conferia outro significado ao apresentar o rei-sol como líder de uma “revolução” inovadora (não apenas regeneradora) que reunia e sintetizava as conquistas pontuais da razão ao longo tempo: “enriquecido” pelas “descobertas” dos outros séculos notáveis, retomando os governos de Henrique IV e Richelieu, valendo-se da centralização política iniciada por Luís XI, o “século de Luís XIV” mudou a França e a Europa.

Mas o que significa exatamente o aperfeiçoamento da “razão humana” anunciado por Voltaire?

Inicialmente, lembremos que ele dedica muitas páginas do *Século de Luís XIV* (do capítulo XI ao capítulo XXIII) às aventuras militares do monarca. Ainda que procure descrever as derrotas assim como as vitórias, narra boa parte dos episódios com o mesmo tom laudatório característico dos historiógrafos oficiais. As campanhas guerreiras ocupam 225 páginas da edição aqui utilizada (VOLTAIRE, 1947, I, p. 117-342). Muito, sem dúvida, para um crítico dos autores que torturavam seus leitores com “contínuas narrativas de batalhas” e esqueciam de investigar a história da “sociedade antes selvagem e hoje civilizada” (VOLTAIRE, 1967, cap. XXIV, p. 544). Nessas páginas, mais do que em qualquer outra parte do texto, nota-se a influência dos escritores e artistas a serviço do rei-sol, sempre prontos a relatar as batalhas travadas pelo soberano, a justificar suas iniciativas guerreiras e a retratar vitórias reais ou imaginárias (BURKE, 1997, p. 83-95). Artistas como Racine, Corneille e Lebrun, são exemplos de homens que Voltaire admirava profundamente.

Todavia, sua narrativa da história do período não se resume às guerras. Voltaire (1947, cap. II, p. 80) acredita que Luís XIV, ao contrário de outros reis, não tratou o reino como patrimônio pessoal, fazendo do bem público a sua maior glória: “ele não separou sua glória particular do benefício da França e não considerou o reino como um senhor considera sua terra, da qual ele retira o que pode para viver prazerosamente.” O rei, preocupado com a eficiência do governo, determinou que os intendentess fizessem descrições detalhadas de suas províncias, pelas quais ele “poderia ter uma notícia exata do reino”. Além de buscar dados precisos, Luís a partir da morte do cardeal Mazarino em 1661 assumiu pessoalmente o controle do Estado e “fixou para cada um dos ministros os limites de seu

poder”, impedindo que eles abusassem de sua autoridade (VOLTAIRE, 1947, cap. I, p. 92). O filósofo desenha a figura de um monarca atento à administração estatal, que trabalhou intensamente para torná-la eficaz: “os prazeres nobres” da “mais brilhante corte do mundo, não o impediram de assistir regularmente a todos os conselhos” (VOLTAIRE, 1967, cap. XXIII, p. 69-71).

Administrador diligente, o rei teria implementado reformas profundas em vários setores, apoiando o aperfeiçoamento das artes e da vida intelectual do país. O filósofo confere grande importância a esse aspecto e apresenta o século XVII como o período em que muitos talentos surgiram em todas as áreas da cultura. Ele lista os principais nomes que nasceram ou trabalharam na França: os cientistas Cassini e Huygens; os literatos Bossuet, La Rochefoucauld, Fenelon, La Fontaine, Corneille, Molière e Racine; os filósofos Descartes, Pascal e Bayle; o compositor Lulli; os pintores Poussin e Lebrun. Luís XIV não é o único responsável pelo aparecimento desses homens de “gênio”, mas criou condições favoráveis para que o trabalho deles se aperfeiçoasse e fosse reconhecido. Primeiro, ele tornou-se grande consumidor de artefatos artísticos e culturais e gastou recursos volumosos na compra de “obras de gosto” (livros, pinturas, esculturas etc). Também embelezou Paris e “não cessou de construir no Louvre, em Saint-Germain e em Versailles”, oferecendo a oportunidade para que os artistas trabalhassem constantemente (VOLTAIRE, 1947, cap. II, p. 69-71). Graças ao exemplo do monarca, muitos súditos também construíram edifícios belos e cômodos. O filósofo relata com entusiasmo os monumentos erguidos por Luís e os defende dos críticos. Eles representaram grandes gastos para o reino, mas não o empobreceram, pois distribuíram “dinheiro entre uma infinidade de artistas”, todas as profissões ganharam e a indústria e a circulação comercial aumentaram – “o rei que mais faz trabalhar seus súditos é aquele que torna seu reino mais florescente” (VOLTAIRE, 1967, XXIII, p. 243). As grandes obras, portanto, além de estimularem as artes, impulsionaram a economia.

Acima de tudo, o monarca organizou a vida cultural. Voltaire encampa a imagem oficial muitas vezes repetida que apresenta Luís como “protetor” das artes e das letras. O termo no auge do Antigo Regime não designava apenas um grande consumidor de artefatos de luxo, nomeava acima de tudo o comandante de um complexo sistema de patrocínio

das atividades culturais. “Proteger”, no caso, representava remunerar regularmente artistas e letrados, conferindo-lhes uma posição hierárquica e econômica superior a que tinham como membros de segunda classe das cortes aristocráticas, mas o termo também significava institucionalizar o controle dos auxiliares do rei sobre diversos setores da cultura. Segundo Peter Burke (1997, p. 69-70), a vida cultural, com Luís XIV, foi objeto de uma verdadeira administração burocrática: “não pretendo sugerir que o sistema tradicional de protetores, protegidos e agentes intermediários, [...] tivesse chegado ao fim”, mas “as artes passaram a ser administradas por um número cada vez maior de funcionários públicos, como diretores, superintendentes ou inspetores”. Apostolides (1981, p. 23-40) afirma que, no período, apareceu na produção intelectual uma “verdadeira divisão social do trabalho”. Voltaire descrevendo a montagem desse sistema administrativo, explica a maneira pela qual o governo interferiu nas ciências e nas artes. Foram fundadas as Academias de Ciências e de Arquitetura, que trouxeram talentos estrangeiros para a França. Reestruturou-se a Academia de Pintura. O rei financiou uma expedição de físicos à Guiana e enriqueceu seu Jardim e sua Biblioteca. Todas as universidades do reino tiveram que estabelecer uma cadeira de direito francês. Graças ao patrocínio oficial, surgiram jornais que noticiavam as novas do mundo intelectual. Músicos e grandes literatos receberam pensões e as obras estatais empregaram os melhores pintores, escultores e arquitetos (VOLTAIRE, 1947, cap. II, p. 106-137).

Para o filósofo, esse amplo programa de organização da cultura teve consequências muito positivas. As iniciativas governamentais repercutiram na sociedade:

O espírito de sapiência (*sagesse*) e de crítica, que se comunicava pouco a pouco, destruiu insensivelmente muitas superstições. [...] É preciso admitir que esse espírito racional, que começou a presidir a educação em todas as cidades, não pôde nem impedir os furores dos fanáticos de Cévennes, nem prevenir a demência do povo miúdo de Paris em torno de um túmulo em Saint-Médart nem acalmar disputas tão encarniçadas quanto frívolas entre homens que deveriam ser sábios. Porém, antes desse século, as mesmas disputas causariam

perturbações em Paris e os milagres de Saint-Métard teriam sido críveis por cidadãos consideráveis; o fanatismo, restrito às montanhas de Cévennes, não se espalhou pelas cidades. (VOLTAIRE, 1947, cap. II, p. 111-113)

Financiando jornais, academias e pesquisas científicas, a monarquia ajudava a disseminar as Luzes e a crítica que reduziam os efeitos do fanatismo, da “demência” do povo miúdo e das “disputas frívolas” dos doutores presos à religiosidade tradicional. Na passagem acima, Voltaire destaca o progresso da razão que paulatinamente limitava a irracionalidade e consagrava o avanço das Luzes. Rebeldes camponeses, pobres urbanos e intelectuais tradicionalistas aparecem como exemplos dessa irracionalidade, enquanto a monarquia surge como a promotora do “espírito racional”. Ela realizou esse trabalho recorrendo aos modernos meios da comunicação e educação, ou seja, gerenciando a cultura francesa. Assim, “se comunicando pouco a pouco”, o “espírito racional” “destruiu insensivelmente” as mazelas nacionais por meio de uma luta pacífica, sem sangue e sem vítimas. A imagem da “demência” remete ao funcionamento imperfeito e doentio do corpo, monstruosidade que representa perigo para a ordem social. Cabe ao filósofo detectar o progresso quase imperceptível das Luzes, apontando os agentes que combateram as condutas doentias. Nessa perspectiva histórica, o progresso atinge primeiro os patamares superiores da sociedade e depois transforma os grupos inferiores. Assim, “é necessário que ela (a razão) seja fixada nas principais cabeças; ela desce às outras pouco a pouco e, enfim, governa o povo que não a conhecia, mas que vendo que seus superiores são moderados, aprende a sê-lo também.” (VOLTAIRE, 1947, II, p.190)

Voltaire, ao realizar o elogio do poder central, localiza e estigmatiza os adversários da “sã filosofia”. Não abandona, porém, a tese do processo civilizador e apresenta o período em questão como ápice de um logo progresso da cultura:

Logo, o século de Luís XIV em tudo apresenta o destino dos séculos de Leão X, Augusto e Alexandre. [...] Em vão buscou-se nas causas morais e físicas a razão dessa tardia fecundidade, posterior a uma

longa esterilidade. A verdadeira razão é que, entre os povos que cultivam as belas-artes, é preciso muitos anos para depurar a língua e o gosto. Quando os primeiros passos são realizados, então os gênios se desenvolvem. (VOLTAIRE, 1947, cap. II, p. 129)

Na passagem acima, o filósofo preocupa-se em discutir as etapas de desenvolvimento das belas-artes, mas exprime a maneira como pensa a história da cultura. O brilhantismo observável no “século” de Luís XIV não é milagre nem representa um fato isolado. Nenhuma sociedade torna-se racional e manifesta “bom gosto” sem percorrer um processo. Ao explicar o surgimento de muitos “gênios” no “grande século”, Voltaire descarta as “causas morais” ou “físicas”, causas que não indicam o movimento gradual da história, e aponta o cultivo e a depuração da língua e do gosto como os fatores que possibilitaram os “tempos ilustres”. “Depurar” significa eliminar impurezas, extrair do objeto o que não é próprio de sua essência. O terreno cultivável, por sua vez, é o terreno limpo das ervas e pedras que dificultam o crescimento das plantas. Depurar e cultivar remetem à ideia de limpeza ou exclusão das coisas que prejudicam a existência de um ser, mas o que é depurado? O que o cultivo das artes descarta? Os elementos estranhos à “beleza natural”, os empecilhos à plena manifestação das virtualidades estéticas de um gênero artístico. A cultura atinge seu ápice criativo quando produz “gênios” capazes de perceber o que é próprio de cada gênero e aparta exageros, sem confundir formas incongruentes. Então, as artes manifestam-se com pureza ou, como afirma Voltaire em outras passagens, aproximam-se da “perfeição”. A história cultural é concebida como processo de aproximação dos arquétipos por meio do longo trabalho de eliminação das monstruosidades. Voltaire acredita que as iniciativas de Luís XIV, divulgando o “espírito racional” e as “belezas naturais” de cada gênero artístico, paulatinamente colocaram a França em condições de realizar os ideais das Luzes.

Para tal, o monarca teve o auxílio de um ministro “um pouco seco e sombrio”, mas “criado nos negócios” e com “grande visão para as finanças e para o comércio, onde o rei era e deveria ser menos inteligente que ele” (VOLTAIRE, 1967, XXIII, p. 234). Trata-se de Colbert. Luís XIV, portanto, sabia escolher seus auxiliares e, para tomar decisões, ouvia os homens

instruídos a respeito do tema em pauta, como fica indicado nas últimas observações, Colbert além de colaborar para a organização da cultura, foi decisivo na área econômica. O Controlador Geral colocou ordem nas finanças, mas suas realizações superaram o simples ajuste das contas públicas. O governo reformou as grandes estradas do reino e, nos portos do país, isentou os navios franceses de algumas taxas, o que beneficiou a frota nacional. Colbert foi o criador das Companhias das Índias que melhoraram a balança comercial (VOLTAIRE, 1967, XXIV, p. 577). Ele diminuiu os impostos dos camponeses que tinham muitos filhos, o que estimulou o crescimento demográfico. Foram estabelecidas manufaturas de tecidos e tapetes capazes de fabricar produtos de alta qualidade. Por outro lado, Luís XIV apoiou muito mais que seus predecessores a expansão colonial e, neste aspecto, a França estava muito atrasada em relação a seus vizinhos (VOLTAIRE, 1947, II, p. 64-79). O elogio de Voltaire às iniciativas de Luís e Colbert evidencia o ideal de desenvolvimento nacional autônomo que o filósofo defende em várias de suas análises econômicas. Para ser poderoso e manter sua independência, um país deve, segundo o filósofo, desenvolver o maior número possível de manufaturas e sustentar um comércio vantajoso com o resto do mundo, a força política e o aperfeiçoamento cultural articulam-se com a prosperidade econômica. Nos séculos próximos da “perfeição”, todas essas esferas sociais progridem conjuntamente. O avanço econômico não pode ser avaliado apenas pela quantidade de ouro ou prata existente nos cofres públicos, mas principalmente pela capacidade produtiva do país: “um povo que teria apenas esses metais seria muito miserável; um povo que, sem esses metais, colocaria em obra as produções da terra, seria verdadeiramente o mais rico” (VOLTAIRE, 1947, II, 102).

Nas ideias do filósofo francês a respeito de temas econômicos, é possível notar a influência de Locke (1963, p. 353-364): o trabalho é a verdadeira origem da riqueza, a produção agrícola e manufatureira enriquece a sociedade. Voltaire afasta-se do embate entre mercantilistas e fisiocratas que, em boa parte do século XVIII, polarizou as discussões econômicas na França (HAZARD, 1974, II, p. 214-217). O filósofo defende que o poder econômico das nações não é proporcional ao acúmulo de metais preciosos nem pode ser avaliado considerando-se apenas a agricultura. A prosperidade dos que trabalham no campo e na cidade é o melhor indicativo do sucesso

econômico de um Estado. Voltaire (1947, II, p. 102-103) acredita que, na segunda metade do século XVII, as medidas de Colbert aperfeiçoaram a indústria e a população urbana adquiriu mais comodidades. No campo, os agricultores criaram novos tipos de vinhos e aumentaram a produção de legumes e frutas, o que reduziu a miséria e ofereceu novos produtos para a exportação. Estimulado e protegido pelo governo, o “gênio” dos homens produtivos promovia o bem-estar individual e possibilitava os recursos necessários para as grandes realizações da monarquia. Nem todos os franceses, entretanto, desfrutavam dessa prosperidade crescente. Os que “vivem apenas do trabalho de suas mãos” – os não proprietários – permaneceram pobres:

não há reino no universo onde o cultivador, o fazendeiro, tenha mais comodidades que em algumas províncias da França [...]. O trabalhador manual deve ser reduzido ao necessário para trabalhar, assim é a natureza do homem. É preciso que esse grande número de homens seja pobre, mas não que seja miserável. (VOLTAIRE, 1947, II, p. 103-104)

Para Voltaire a opulência dos proprietários prova a grandeza de um país, mas para torná-la possível, o trabalhador manual “deve ser reduzido ao necessário”. A sua pobreza precisa obrigá-lo a aceitar o posto de assalariado em alguma unidade produtiva. Sem fazer dele um miserável é preciso que algum proprietário empregue seu trabalho e o force a contribuir para o progresso global. Voltaire defende a libertação dos camponeses de todas as amarras feudais, o que os transformaria em trabalhadores assalariados. Assim, participariam da “felicidade” dos empreendedores capitalistas vendendo a sua força de trabalho. O verbete “propriedade” das *Questões acerca da Enciclopédia* oferece um bom exemplo da tese de Voltaire a respeito dos trabalhadores assalariados. Vejamos como ele conclui a passagem em que demonstra as vantagens que os príncipes auferem quando libertam os camponeses dos direitos senhoriais:

Nem todos os camponeses serão ricos e é desnecessário que o sejam. Precisamos de homens que tenham somente seus braços e boa vontade. Mas esses homens, que parecem o rebotalho da fortuna, participarão

da felicidade dos outros. Serão livres para vender seu trabalho a quem quiser pagá-los melhor. (VOLTAIRE, 1967, XX, p. 293)

O filósofo concebe o pobre como simples instrumento do proprietário empregador, pensa essa condição como algo indispensável para o desenvolvimento econômico. Os “cultivadores” e a indústria devem explorar os não-proprietários para o bem de toda sociedade. A pobreza e, como dizia Marx (1969, III, p. 153-215), a expropriação dos meios de produção encontram aqui uma justificativa e começam a ser explicadas como fatores decisivos para a riqueza nacional.

Além dos pobres sem propriedade, outros grupos sociais parecem pouco favorecidos pelo desenvolvimento econômico do “grande século”. Vejamos como Voltaire analisa o processo inflacionário que acompanhou o crescimento produtivo e comercial:

A ordem intermediária (*moyen ordre*) enriqueceu por meio da indústria. Os ministros e os cortesãos tornaram-se menos opulentos, pois o dinheiro aumentou numericamente quase pela metade, os provimentos e as pensões permaneceram os mesmos e o preço das mercadorias subiu mais que o dobro [...]. É preciso ainda observar que os ganhos do comércio aumentaram e os provimentos de todos os cargos diminuíram de valor, assim encontrou-se menos opulência que anteriormente entre os grandes e mais na ordem intermediária (*moyen ordre*). Isso diminuiu a distância entre os homens. (VOLTAIRE, 1947, II, p. 104-105)

O texto acima parece aprovar a ascensão dos grupos burgueses e a decadência econômica dos pensionistas aristocráticos. Voltaire sabe que o processo inflacionário é um dos efeitos do crescimento da economia. Por outro lado, notasse que a “ordem intermediária” – composta de mercadores, donos de manufaturas e proprietários agrícolas – alterava sua posição social desde a segunda metade do século XVII, o que diminuía a “distância entre os homens”. Para o filósofo, a dinâmica econômica ajuda a explicar a história do “grande século”. A inflação degradava rapidamente as rendas fixas dos detentores de cargos. Parte dos membros da nobreza perde as oportunidades

criadas pela expansão produtiva e mercantil. Os empreendedores, ao contrário, alimentaram cada vez mais esse processo e enriqueceram. Apesar dos trabalhadores manuais permanecerem pobres, um dos legados do período foi essa relativa diminuição das desigualdades nos níveis superiores da escala social, o que fortaleceu parte da burguesia do Antigo Regime. Voltaire deduz que as iniciativas governamentais nas áreas dos transportes, da indústria e do comércio, ao dinamizarem a economia francesa, indiretamente remodelaram a estrutura hierárquica da sociedade.

A maneira como o filósofo interpreta o papel dos trabalhadores manuais e, por outro lado, a satisfação com que expõe o enriquecimento da “ordem intermediária”, revelam sua percepção do desenvolvimento capitalista na França. O sucesso dos empreendedores urbanos e rurais é visto como sinal de progresso, ainda que sua prosperidade mantenha a pobreza dos trabalhadores assalariados – “devem” permanecer pobres – e acentue a decadência econômica de parte da nobreza. A riqueza nacional é expressa pela opulência do proprietário que compra força de trabalho dos não-proprietários e não depende das pensões do Estado. Assim, entre outras razões, Voltaire louva o governo do rei-sol por ter favorecido os empresários capitalistas que promoveram o aumento constante da produção nacional.

Todavia, o *Século de Luís XIV* talvez superestime os efeitos da política de Colbert. Robert Mandrou (1997, p. 48-52), ao analisar as ações do Controlador Geral das Finanças, observa que as companhias comerciais francesas “vegetaram rapidamente” e não conseguiram rivalizar com as holandesas. Quanto ao estímulo às manufaturas, é difícil avaliar os resultados, mas aparentemente eles foram modestos: “como no domínio comercial, a reputação do colbertismo situa-se bem além das realizações”. Voltaire, mais uma vez seduzido pela propaganda oficial, apresenta uma imagem por demais otimista das consequências das medidas do governo.

Além de aperfeiçoar a cultura e promover a expansão econômica, Luís XIV aprimorou a estrutura do Estado. O filósofo lembra as tentativas do monarca e seus auxiliares no sentido de “reformular as leis”, criando códigos e estatutos a respeito de temas até então ausentes da legislação do país. Surgiram regras para as manufaturas, o comércio, o uso de águas, florestas etc. A febril atividade legislativa do governo visava, acima de tudo, melhorar o controle estatal sobre a violência. Os duelos foram abolidos e

as punições de criminosos receberam uma regulamentação mais razoável (VOLTAIRE, 1947, II, p. 73-74).

O esforço para controlar a violência não se resumiu à proposição de leis. Luís disciplinou o exército e regulamentou até o uniforme dos regimentos (VOLTAIRE, 1947, I, p. 98 e II, p. 74-77). Por outro lado, instituiu uma vigilância policial mais eficaz nas cidades. Criou magistrados especialmente designados para essa tarefa. Paris, por exemplo, recebeu “uma guarda contínua, a pé ou a cavalo, para segurança dos cidadãos” (VOLTAIRE, 1947, II, p. 69-70). Enfim, a monarquia regrou a vida social.

No plano propriamente político, Luís completou um longo processo de luta do poder central contra as “antigas facções” que conturbavam o reino. Desde então, “havia na França apenas um senhor e seus súditos” (VOLTAIRE, 1947, I, p. 93). Consolida-se, portanto, a soberania do rei. O filósofo saúda a vitória da centralização monárquica:

O espírito de facção, de furor e de rebelião que possuía os cidadãos desde o tempo de Francisco II, tornou-se uma emulação de servir o príncipe. Os grandes senhores de terras não estavam mais encantados. Os governadores das províncias não tinham mais postos importante para distribuir. Assim, cada um pensava apenas em merecer as graças do soberano e o Estado tornou-se um todo regular do qual cada linha conduzia ao centro.

É o que livrou a corte das facções e conspirações que tinham perturbado o Estado durante tantos anos. (VOLTAIRE, 1947, II, p. 83)

A imagem geométrica do final da passagem é eloquente. Para Voltaire, Luís XIV institui um espaço racional para a manifestação das inclinações passionais dos franceses, pois as direcionou para um “centro” capaz de harmonizá-las e impedir os conflitos que caracterizaram a história da França desde a Idade Média. Sem eliminar completamente as paixões e aniquilar os interesses particulares, o Estado transformou-se em um “todo regular” cujo “centro” ligava-se às partes, controlando a fragmentação política. A identidade entre os interesses do rei e os interesses nacionais foi fortalecida. O nexó entre o “centro” e as partes pôde se estabelecer sem maiores fissuras quando “servir o príncipe” começou a ser o desejo

dos súditos. Estes não precisavam reprimir todas as suas ambições para obedecer ao soberano. Luís impõe a ordem não por meio da violência, ainda que o controle desta última seja decisivo, sua grande vitória foi a mudança – a “revolução” – dos costumes e da sensibilidade dos franceses: o “espírito de facção, furor e rebelião” – a “demência” – foi sufocado e a “emulação” pacífica excitou a vontade de trabalhar para o bem do Estado. Os membros do corpo social, buscando seus interesses e competindo entre si, podiam agora beneficiar o todo. Um novo contexto social foi necessário para essa mudança. Os senhores saíram de seus feudos e foram introduzidos na corte, os governadores perderam paulatinamente poder e deixaram de controlar parte da máquina estatal e, por fim, o “mérito” começou a determinar as posições hierárquicas. Segundo Voltaire o governo de Luís XIV é o ponto culminante de um longo processo que eliminou a autonomia política da aristocracia tradicional e neutralizou parte dos meios pelos quais ela dominava muitas regiões. Sendo assim, pôde estabelecer uma ordem pública consistente.

Voltaire acredita que a corte do rei-sol foi o lugar onde os efeitos dessa centralização apareceram de forma mais clara. Vejamos um relato sintético das relações entre o monarca e seus cortesãos:

Assim todos os cortesãos procuravam agradá-lo, cada um segundo seu poder e seu espírito. Ele bem o merecia, pois buscava se tornar agradável a todos que o cercavam. Era um comércio contínuo de tudo o que a majestade pode apresentar de graças sem nunca se degradar, de tudo o que o empenho de servir e agradar pode apresentar de delicadeza sem o ar da baixeza. (VOLTAIRE, 1967, XXIII, p. 239)

É sem dúvida uma visão otimista da corte que, segundo Mandrou (1997, p. 46), representava uma “prisão dourada em Versailles”, onde a grande nobreza deixava de ser “perigosa para o Estado” e submetia-se à autoridade do monarca. De qualquer forma, Voltaire percebe que a consolidação das regras de bom comportamento desempenhou papel decisivo no controle da aristocracia. Nessa fase da história da França, o rei não precisava repetir a conduta violenta de Luís XI diante dos turbulentos senhores feudais. A vitória do poder central e o “espírito

racional” dispensavam o uso da força. O soberano, comportando-se de maneira agradável e polida, participava de um “comércio” com os nobres que jamais humilhava e, ao mesmo tempo, exigia a observância de regras de *politesse* que restringiam os impulsos passionais. Exemplo de bons modos, o rei educava uma nobreza cada vez mais próxima e dependente do trono. Os conflitos entre aristocratas, se não eram resolvidos, podiam ser apaziguados por essa sociabilidade amena e regrada, manifestando-se apenas naquela “emulação de servir o príncipe” que reforçava o poder deste último. Sendo assim, Voltaire apresenta uma clara defesa do controle das emoções que a corte do rei-sol impunha aos aristocratas, evitando-se a turbulência e o desgaste de governos anteriores. Compelida a policiar o próprio comportamento, a aristocracia acabava por reforçar um código de conduta que, em última instância, diminuía sua agressividade e facilitava a aceitação da autoridade do soberano.

Depurar a nobreza de seus costumes bárbaros foi de suma importância para a definitiva neutralização dos “partidos” aristocráticos. Entretanto, a *politesse* não ficou restrita ao mundo da corte:

Mas as residências, os espetáculos, os passeios públicos, onde as pessoas começavam a se reunir para gozar uma vida mais doce, tornavam pouco a pouco o exterior de todos os cidadãos quase semelhante. Nós percebemos hoje, até no fundo de uma loja, que a *politesse* atingiu todas as condições.

[...]

A extrema docilidade introduzida no comércio do mundo, a afabilidade, a simplicidade, a cultura do espírito fizeram de Paris uma cidade que, quanto à doçura da vida, provavelmente sobrepuja Roma e Atenas no seu tempo de esplendor. (VOLTAIRE, 1947, II, p. 85)

O final da passagem repete a comparação entre o século XVII francês e a Antiguidade clássica. Novamente o primeiro parece superior: o “comércio do mundo” nunca foi tão “doce” como em Paris. A metáfora da “doçura” articula-se com o apaziguamento das paixões e o autocontrole já comentados acima; mas agora os efeitos da *politesse* correspondem à constituição de um mundo público – espetáculos, passeios etc. – que

padronizam o comportamento dos indivíduos. A *politesse* estabeleceu uma conduta pública uniforme, eliminou ou restringiu os atos desagradáveis que tornavam amarga a vida urbana. A convivência cada vez mais intensa e complexa entre os cidadãos exigia a imitação do modelo oferecido pela corte. Transcendendo o universo aristocrático, o padrão da “doce vida” tornava os indivíduos afáveis, cultivava seu “espírito” e suprimia a brutalidade e a desordem características das cidades de períodos anteriores. A expansão da *politesse*, segundo Voltaire, realizava-se pelo movimento iniciado no centro da sociedade – a corte – e, como ondas, transmitido para a sua periferia. Talvez os homens comuns não manifestassem a mesma elegância e requinte dos cortesãos de Luís XIV, mas as relações urbanas conduziam a um comportamento similar que, de maneira mais modesta, produzia os mesmos resultados: a “doçura” expressa na experiência cotidiana favorecia a ordem e a paz. Nos dois casos, Voltaire sustenta que o monarca transformou os costumes sem oprimir os súditos: seduzidos pelos bons exemplos, os indivíduos aos poucos controlaram sua agressividade e possibilitaram o progresso.

Vivendo melhor do que romanos e gregos, os franceses foram capazes de estabelecer entre si uma “emulação” produtiva e ampliar sua participação no aparelho estatal. Vejamos como Voltaire (1947, II, p. 63) apresenta os procedimentos administrativos adotados por Luís XIV:

Não somente ele se impôs a lei de trabalhar regularmente com cada um de seus ministros, mas todo homem conhecido podia obter uma audiência particular, e todo cidadãos tinha a liberdade de lhe apresentar requerimentos e projetos. As demandas eram recebidas primeiro por um mestre de requerimentos, que as apostilava e, em seguida, as enviava aos escritórios dos ministros. Os projetos, quando mereciam, eram examinados no conselho e seus autores foram admitidos mais de uma vez para discutir suas proposições com os ministros em presença do rei. Assim, notou-se entre o trono e a nação uma correspondência que subsistiu apesar do poder absoluto.

Em certo sentido, a passagem acima é frustrante para o leitor do século XXI. A “correspondência” entre nação e soberano resumia-se ao

fato do aparelho de Estado examinar algumas propostas dos cidadãos. A participação política não era mais que a “liberdade” de pedir audiências e enviar projetos ao príncipe detentor de “poder absoluto”. Talvez o próprio Voltaire considerasse modesta essa participação. Convém lembrar, por exemplo, seus elogios dissimulados ao regime republicano e sua confessa admiração pela Inglaterra. Nesta, uma vez instaurada a monarquia constitucional, a existência da Câmara dos Comuns inibiu as pretensões tirânicas dos monarcas e constituiu um caminho sempre aberto aos homens de talento (VOLTAIRE, 1986, p. 65-66). Neste trabalho, não terei oportunidade de expor a complexa análise de Voltaire do caso inglês, mas é ali que o filósofo encontra a forma de representação política mais admirável da Europa.

Se a França do rei-sol estava longe da liberdade inglesa, pelo menos os súditos podiam interferir de alguma forma nos negócios públicos. A representação política, no sentido preciso do termo inexistia, mas Luís criou canais administrativos pelos quais os homens de talento ajudavam a organizar o Estado. De modo bem mais limitado do que na Inglaterra, os franceses podiam discutir com os governantes o futuro do país. Voltaire sabe que esse debate tinha a mediação de uma série de procedimentos controlados pelos escritórios e ministérios do príncipe. O proponente entregava seu projeto para a análise da equipe de funcionários que julgava o mérito da proposta antes dela ser discutida pelas autoridades superiores. Sem manifestar incômodo com o procedimento descrito, o filósofo, ao contrário, o define como o elo capaz de garantir a “correspondência” entre o trono e a nação. Como em casos anteriores, ele assimila outra imagem cunhada pelos literatos do século XVII: Luís era acessível aos franceses. Todavia, segundo Burke (1997, p. 103 e 195-196), na pena desses escritores, tal acessibilidade era exemplificada pelo fato do monarca se deixar ver pelos súditos, aparecendo em cerimônias ou jogando cartas com os nobres. Ampliando a figura de rei acessível, o texto de Voltaire desenha a imagem do administrador ativo, empenhado em avaliar sugestões inteligentes que aumentassem a eficiência estatal.

Voltaire encara como um avanço a constituição desse aparelho hierárquico capaz de recolher e debater as propostas dos súditos. Para ele, depois de séculos tentando superar os problemas deixados pelo “governo

feudal”, a França começava a estabelecer mecanismos institucionais pelos quais os indivíduos talentosos exprimiam suas ideias.

Voltaire, porém, entende que a grande obra de Luís XIV não foi a criação de um novo sistema político, mas a mudança de comportamento dos franceses. A nova “emulação”, controlada por regras e programada pelo príncipe e seus ministros, permitia a manifestação saudável das paixões, pois impedia os excessos sem sufocar os interesses individuais. Por outro lado, o “espírito racional” exigia a conduta calculada e amável, o respeito pelo outro. Assim, surgia uma esfera em que o “comércio” entre os indivíduos começava a ser mediado pela reflexão que mensurava as conseqüências de cada ato e pela observância de um código de conduta. Esfera de contatos impessoais e polidos, materializada nos espetáculos, nas ruas e nos escritórios do Estado. Identificando o surgimento desse novo mundo público, Voltaire concebe o “século de Luís XIV” como a sua origem. O rei-sol começou a fazer de boa parte de seus súditos um público razoável, portanto, no século XVIII, os franceses devem ser tratados com mais consideração. A defesa que Voltaire prepara do alargamento da participação política é sutil e cuidadosa: depois do “grande século” não há porque tratar todos os franceses como homens brutos e perigosos; ainda que a tarefa de disciplinar os pobres, os fanáticos e os oportunistas não esteja concluída, o Estado já pode aproveitar os projetos da “ordem intermediária” e, principalmente, ouvir a *sagesse* dos filósofos. No “grande século”, como em nenhum outro, a “sã filosofia” havia orientado a economia, a cultura, os hábitos e as relações de poder. O estudo da análise de Voltaire a respeito do tema oferece um amplo panorama do que podemos chamar, com certo cuidado, de projeto ilustrado.

Todavia, nem tudo foi luminoso no reinado de Luis. No *Século de Luís XIV*, com muita cautela, Voltaire ensaia algumas críticas. Apesar de iniciar a reforma das leis, o Estado não havia conseguido completar o trabalho de uniformizar o direito e, em certos temas, cada província preservou sua própria legislação (VOLTAIRE, 1947, cap. II, p. 81-82). Os problemas financeiros, após a morte de Colbert, foram alvo da análise do filósofo. A partir de 1689, as finanças públicas entraram em crise com o endividamento progressivo do Estado. As contínuas guerras promovidas pelo rei aprofundaram os problemas econômicos. Além de esgotarem

os cofres do reino, colocaram o Estado nas mãos dos financistas que, avançando os recursos necessários, tornavam-se credores permanentes do tesouro público ou adquiriam o direito de recolher impostos, o que sobrecarregava os contribuintes e prejudicava a economia (VOLTAIRE, 1947, cap. II, p. 95-96 e 1967, XXIII, p. 247-248); mas o grande erro do final do reinado foi a revogação do edito de Nantes,<sup>3</sup> ato de intolerância que inviabilizou a presença de calvinistas confessos no reino. Antes da revogação, Luís tomou várias outras medidas para “minar gradualmente, de todos os lados, o edifício de sua religião”, o que excitou reações violentas por parte dos protestantes. Por alguns anos, o poder central respondeu com atos repressivos. Por fim, o monarca decidiu pela revogação do famoso edito, o que forçou o exílio de milhares de súditos. Voltaire (1947, cap. II, p. 179) lamenta todo o processo: “era um estranho contraste que do seio de uma corte voluptuosa, onde reinava a doçura de costumes, as graças, os charmes da sociedade, partissem ordens tão duras e impiedosas”.<sup>4</sup> Ao tratar da questão religiosa, Voltaire aponta os aspectos irracionais presentes no “século de Luís XIV”, talvez menos próximo da “perfeição” do que sugeria o primeiro capítulo de sua obra. O agradável soberano pacificador da França estourou as finanças públicas com suas guerras e, pior, foi intolerante com os calvinistas, tentando convertê-los por meio da força. No episódio em tela, foi o próprio poder central que contaminou a vida social com a “demência” do fanatismo. Voltaire descreve os fatos, mas evita adjetivos e reflexões, preserva parcialmente o monarca civilizador, mas indica o problema.

Essas críticas, que se acentuam em outros textos, exibem com maior clareza a posição que Voltaire concebe para o filósofo: deve permanecer alerta e acusar os comportamentos prejudiciais para o progresso das Luzes,

---

<sup>3</sup> Estabelecido em 1598 por Henrique IV, o edito organizava “não a emancipação total dos calvinistas, mas a simples contigüidade (legal) entre as duas variedades do cristianismo, huguenote e papista”. O texto permitia, em certas localidades, o culto dos calvinistas, além de lhes assegurar direitos civis, jurisdições específicas, praças militares e privilégios corporativos (LADURIE, 1994, p. 268-269). Em 1685, Luís XIV revogou o edito obrigando os huguenotes à conversão ou ao exílio.

<sup>4</sup> Em outras partes, o autor retoma a análise do processo de perseguição aos huguenotes (cf. VOLTAIRE, 1947, II, p. 173-183 e 1967, XXIII, p. 244-246).

mas sem fazer desacreditar as conquistas já realizadas, sem comprometer a difícil vitória da “sã filosofia”.

### Referências

- APOSTOLIDES, Jean-Marie. *Le roi-machine: spectacle et politique au temps de Louis XIV*. Paris: Minuit, 1981.
- BURKE, Peter. *A fabricação do rei*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- HAZARD, Paul. *O pensamento europeu no século XVIII*. Lisboa: Presença, 1974, 2 volumes.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy. *O Estado monárquico*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- LOCKE, John. *Two Treatises of Government*. In: *The works of John Locke*. London: Thomas Tegg, W. Sharpe and Son..., 1823. Reimpressão: Scientia Verlag Aelen, 1963, volume V.
- MANDROU, Robert. *L'Europe "Absolutiste": raison et raison d'État*. Paris: Fayard, 1997.
- MARX, Karl. L'accumulation primitive. In: *Le capital. Critique de l'économie politique*. Paris: Éditions Sociales, 1969. vol. III.
- POMEAU, René. *Politique de Voltaire*. Paris: Armand Colin, 1963.
- RIBEIRO, Renato Janine. História, soberania e revolução: a Revolução francesa e uma nova concepção de história. In: COGGIOLA, O. *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: Nova Stella/Edusp, 1990.
- VOLTAIRE. *Lettres philosophiques*. Paris: Gallimard, 1986.
- \_\_\_\_\_. L'A, B, C. In : *Oeuvres complètes*. Paris: Garnier Frères, 1879. Reimpressão: Nendeln/Liechtenstein: Kraus Reprint Limited, 1967. vol. XXVII.
- \_\_\_\_\_. Anecdotes sur Louis XIV. In: *Oeuvres complètes*. Paris: Garnier Frères, 1879. Reimpressão: Nendeln/Liechtenstein: Kraus Reprint Limited, 1967. vol. XXIII.

\_\_\_\_\_. Dictionnaire philosophique. In: *Oeuvres complètes*. Paris: Garnier Frères, 1879. Reimpressão: Nendeln/Liechtenstein: Kraus Reprint Limited, 1967. vol. XX.

\_\_\_\_\_. Remarques de l'Essai sur les moeurs. In: *Oeuvres complètes*. Paris: Garnier Frères, 1879. Reimpressão: Nendeln/Liechtenstein: Kraus Reprint Limited, 1967. vol. XXIV.

\_\_\_\_\_. *Le siècle de Louis XIV*. Paris: Garnier, 1947. vol. 2.

*Data de registro: 10/08/09*

*Data de aceite: 23/02/10*

